

AS CRÍTICAS A ITAMAR

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 01/12/92

O governo Itamar está sendo atacado por todos os lados. É acusado de ser populista e de estar paralisado. Adicionalmente sugere-se que seria um governo com ministros da área econômica despreparados ou simplesmente incompetentes. A última acusação é ridícula, a da paralisia, simplesmente falsa como são todas as meia-verdades, e a do "populismo" tem alguma base, mas é preciso ainda dar algum tempo ao presidente. Por que, então, tanta oposição apressada? Por que tanta violência verbal? Por que esta atitude crítica da imprensa?

"Porque o presidente é um desastre", responderão depressa os críticos. Mas, sejamos razoáveis, é possível avaliar seriamente um governo, que ainda é interino, após apenas dois meses? É possível acusar o governo de populista apenas a partir de algumas indicações, nem todas concludentes: a insatisfação do presidente com a liberação dos preços dos medicamentos, sua decisão mais do que fundamentada de adiar a privatização da Ultrafértil, sua preocupação com os preços públicos (que, de fato, levaram a lamentável demissão de uma servidora pública), sua decisão de aplicar um redutor de 30 por cento nas prestações dos mutuários com contratos de reajuste pelo Plano de Equivalência Salarial?

Destes fatos o único caso concreto de populismo econômico foi o último. Foi mais um capítulo de uma longa e triste história. Em 1988 financiavam-se 180 mil casas, em 1990, apenas 30 mil. Esta redução está relacionada com o rombo do Sistema Financeiro de Habitação, estimado em US\$ 22 bilhões, que se constitui em uma das manifestações da crise fiscal brasileira. O rombo originou-se de uma medida semelhante a esta, tomada em 1985, quando o governo decidiu, irresponsavelmente, de forma populista, reduzir a correção monetária das prestações. Em consequência o saldo devedor dos mutuários perante os agentes do sistema, corrigido pela taxa de inflação real, passou a crescer mais rapidamente do que o reajuste das prestações. Em princípio o Tesouro dever pagar aos agentes, ou seja, aos bancos, a diferença, mas estes, naturalmente inseguros, não financiam mais pela equivalência salarial.

Não há dúvida, o Presidente Itamar Franco - aliás, como a maioria dos políticos e empresários brasileiros - foi educado nos quadros do populismo nacional-desenvolvimentista - que foi autoritário entre 1930 e 1945, democrático entre 1946 e 1964, autoritário novamente, mas agora pretensamente mais "moderno" entre 1964 e 1984, e finalmente democrático entre 1985 e 1989. O populismo nacional-desenvolvimentista correspondeu a uma estratégia de desenvolvimento que foi bem sucedida até o final dos anos 50 - o modelo de substituição de importações - mas que depois da sua crise no anos 60 foi irresponsavelmente prolongada nos anos 70 pelo regime militar.

A percepção de que o modelo de substituição de importações se esgotara levou, pouco a pouco, aqueles que o apoiaram a repudiá-lo. Alguns, como Roberto Campos, o fizeram muito cedo, mas em nome do neo-liberalismo, de uma posição conservadora radical. Outros demoraram mais para optar por um novo modelo, mas tiveram o equilíbrio de perceber que a alternativa ao nacional-desenvolvimentismo não é apenas o neo-liberalismo, o "consenso de Washington"; que existe uma alternativa pragmática, que alia o êxito das social-democracias europeias em distribuir a renda com a competência do modelo japonês de desenvolvimento. Os japoneses combinam sua orientação para o mercado, o caráter altamente competitivo de suas empresas, com um sistema de coordenação econômica, de alocação de recursos em que o Estado, mantido sadio financeiramente porque disciplinado fiscalmente, continua a desempenhar um papel fundamental, complementando o papel coordenador do mercado. Minha transição pessoal teve este segundo sentido, e ocorreu no início dos anos 80. Os conflitos que mantive com meu então partido - o PMDB -, quando fui ministro em 1987, com os empresários que se recusavam a apoiar uma reforma tributária que aumentava impostos e os tornava mais progressivos e, afinal, com o próprio Presidente que não apoiou o ajuste fiscal, tiveram origem nessa transição que eu realizara mas que grande parte da sociedade brasileira ainda não o fizera.

Para a direita - que durante muito tempo foi tão populista quanto a esquerda - foi mais fácil abandonar o populismo, criticar radicalmente um Estado que estava entrando em crise, e embarcar em um neoliberalismo tão regressivo quanto utópico. Para os progressistas (e, por razões diferentes, também para empresários e burocratas que se sentem diretamente ameaçados pelas reformas) esta transição foi ou está sendo mais difícil, porque estes sabem que o mercado não tem condições de, sozinho, coordenar a economia de forma eficiente e razoavelmente equitativa. À direita, ao radicalizar contra o Estado, ameaça jogar fora o bebê junto com a água do seu banho. A esquerda quer preservar a ação coordenadora do Estado, mas tem dificuldade em combinar esta estratégia com a decisão impostergável de sanear o Estado, de reduzir seu tamanho, de diminuir o grau de regulação e suas distorções, de privatizar empresas estatais ineficientes, e principalmente de liberalizar o comércio externo.

Por isso a esquerda ou, mais genericamente os progressistas, demoraram mais a fazer a transição. Por isso o presidente Itamar Franco hesita em adotar posições mais modernas, que ele vê identificados (indevidamente) com o neo-liberalismo irresponsável da direita. Ele ainda não percebeu que existe uma alternativa ao populismo e ao conservadorismo neo-liberal que é moderna, social-democrática, voltada para a disciplina fiscal e para as reformas orientadas para o mercado.

A partir dessa hesitação, entretanto, é apressado concluir que Itamar fará um governo populista. A reforma fiscal que levou ao congresso não indica populismo. Pelo contrário, demonstra coragem de solicitar da sociedade o aumento dos impostos através de uma proposta concreta que o governo anterior não foi capaz de formular apesar de todos os subsídios dados pela Comissão Ary Oswaldo.

Philippe Faucher escreveu recentemente nesta Folha (29.11.92) que o populismo no Brasil de hoje ser um "populismo de mãos vazias", ou seja, um populismo em que o governo não tem como atender minimamente, mesmo que seja por pouco tempo, as reivindicações do povo. A crise fiscal do Estado na verdade inviabiliza o populismo. Não há como convencer os empresários a investir e assim expandir a economia enquanto a crise fiscal não for efetivamente vencida. A última tentativa de reviver o populismo - o governo Sarney - fracassou exatamente porque não se percebeu que era inútil senão suicida tentar empurrar com a barriga o ajuste fiscal.

É cedo, portanto, para se afirmar que o governo Itamar é populista. Inclusive porque não há mais condições mínimas para o populismo no Brasil. É pura tolice afirmar que os dois ministros da área econômica são incapazes. Não o são. Não faz sentido dizer que o governo está imobilizado. É o Estado brasileiro que está paralisado pela crise fiscal. E, afinal, qual a reforma tão importante e urgente que precisa ser feita já, neste ano, além da tributária, que está no Congresso?

Na verdade essa acusação de paralisia reflete apenas uma coisa, além de má vontade que se confunde com atitude crítica: reflete a ansiedade de toda a sociedade em relação a própria crise brasileira e a capacidade do novo governo de, de fato, enfrentá-la. Esta ansiedade é compreensível. A crise é gravíssima. Está levando o país a uma estagnação de longo prazo. Para resolvê-la não basta ser moderno. Adicionalmente o governo precisar ser heróico. Nada garante que o governo Itamar será moderno ou heróico, mas também não é possível condená-lo desde já ao populismo e ao fracasso. Não são com críticas fáceis e apressadas que ajudaremos o governo a reunir forças para enfrentar com êxito a mais terrível crise econômica da história do Brasil.

Luiz Carlos Bresser Pereira é professor da Fundação Getúlio Vargas e ex-ministro da Fazenda (1987). Seu último livro é A Crise do Estado (Editora Nobel).